

# OP CENTRO ADMINISTRATIVO S.A.

CNPJ Nº 19.128.923/0001-51

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2018	2017
	(Não auditado)	
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.211	119
Tributos a recuperar	62	62
Outros ativos	191	
	1.464	181
<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6 (a))	1.084	1.200
Outros ativos	88	
	1.172	1.200
Investimento (Nota 7 (b))	351.258	294.890
	352.430	296.090
<b>Total do ativo</b>	<b>353.894</b>	<b>296.271</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Em milhares de reais

	2018	2017
	(Não auditado)	
<b>Operações continuadas</b>		
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(173)	(108)
Resultado de participação societária (Nota 7 (b))	65.163	73.834
<b>Lucro operacional</b>	<b>64.990</b>	<b>73.726</b>
Resultado financeiro, líquido (Nota 10)	(12.332)	(11.295)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>52.658</b>	<b>62.431</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	88	
<b>Lucro do exercício</b>	<b>52.746</b>	<b>62.431</b>
Lucro básico por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação) (Nota 11)	1,62	1,96

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

	2018	2017
	(Não auditado)	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	52.658	62.431
Ajustes:		
Depreciação		
Juros sobre empréstimo e custo de transação (Nota 10)	12.367	11.324
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7 (b))	(65.163)	(73.834)
	138	(79)
<b>Varição dos ativos e passivos:</b>		
Tributos a recuperar		(6)
Outros ativos	(191)	
Impostos, taxas e contribuições	(2)	(1)
<b>Caixa aplicado nas operações</b>	<b>(331)</b>	<b>(86)</b>
Juros pagos sobre empréstimos (Nota 8)	(5.943)	(9.950)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(6.274)</b>	<b>(10.036)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao investimento	(1.800)	(2.400)
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6 (a))	(1.084)	(1.200)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.884)</b>	<b>(3.600)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6 (b))	7.623	1.165
Integralização de capital social (Nota 9 (a))	2.627	12.450
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>10.250</b>	<b>13.615</b>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	1.092	(21)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>119</b>	<b>140</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>1.211</b>	<b>119</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**1 Informações gerais** A OP Centro Administrativo S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 23 de setembro de 2013, inicialmente sob a denominação de Centrad Participações S.A. tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades empresariais, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, e podendo exercer as atividades do seu objeto social no país ou no exterior, seja diretamente, através de subsidiárias, ou através de participação no capital de outras sociedades. O contrato de concessão da investida indireta Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD ("CENTRAD") foi assinado em 8 de abril de 2009, mediante licitação pública regida pelo Edital de Concorrência nº 01/2008 em regime de Parceria Público-Privada ("PPP"). A CENTRAD tem sua sede no Distrito Federal e detém o contrato de concessão com o Governo do Distrito Federal ("GDF"), cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração, direta e indireta, integrantes da estrutura administrativa do GDF. O prazo de vigência do contrato é de 22 anos, contados a partir do início das obras, e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 21 anos, considerando o início da operação. Até 31 de dezembro de 2018, foi efetuada a entrega parcial de 31,41% (não auditado) referente à FASE I do empreendimento. O Centro Administrativo do Distrito Federal ("CADF") encontra-se com cerca de 97% (noventa e sete por cento) de avanço físico das obras concluídas, sendo que os 3% (três por cento) restantes aguardam a aprovação e assinatura do aditivo ao Contrato de Concessão em razão do pedido unilateral de alteração de escopo promovido pelo Poder Concedente. Adicionalmente, o Poder Concedente está avaliando as medidas necessárias que possibilitarão o início da ocupação do Centro Administrativo. A Companhia é controlada diretamente pela Odebrecht Properties Parcerias S.A. ("OP Parcerias"), e é parte integrante do Grupo Odebrecht ("Grupo"). A Companhia é investidora direta da CENTRAD Holding S.A. ("CENTRAD Holding"), através do controle compartilhado com a Via Engenharia S.A. ("VIA"), e indireta da CENTRAD. **(a) Perspectivas econômicas e fatos relevantes** CENTRAD Em 31 de dezembro de 2018, a controlada em conjunto indireta CENTRAD apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 423.356 (2017 – R\$ 111.521). Para equalizar os efeitos do capital circulante líquido negativo e visando a continuidade operacional da investida, a Administração está em negociação com: (i) as instituições financeiras para a postergação de pagamentos de suas obrigações de curto prazo relacionadas aos financiamentos; e (ii) o Poder Concedente com o objetivo de possibilitar o recebimento das contraprestações mensais no curto prazo. A CENTRAD tem cumprido com todas suas obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social				Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva especial	Reserva para investimentos	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total		
<b>Em 1º de janeiro de 2017 (Não auditado)</b>	23.000	(3.742)	3.300	25.649	32.867	44.076	125.150	125.150		
Lucro do exercício							62.431	62.431		
Integralização de capital (Nota 9 (a))	41.717	3.600			(32.867)		12.450	12.450		
Destinação do resultado (Nota 9 (b))				3.122	14.827		(62.431)			
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)</b>	<b>64.717</b>	<b>(142)</b>	<b>6.422</b>	<b>40.476</b>	<b>88.558</b>	<b>88.558</b>	<b>200.031</b>	<b>200.031</b>		
Adoção inicial CPC 48 (efeito investida)			(590)	(2.801)		(8.404)		(11.795)		
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>64.717</b>	<b>(142)</b>	<b>5.832</b>	<b>37.675</b>	<b>80.154</b>	<b>80.154</b>	<b>188.236</b>	<b>188.236</b>		
Lucro do exercício							52.746	52.746		
Integralização de capital (Nota 9 (a))	3.650	142					3.792	3.792		
Destinação do resultado (Nota 9 (b))				2.638			(52.746)			
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>68.367</b>	<b>8.470</b>	<b>37.675</b>	<b>130.261</b>	<b>130.261</b>	<b>130.261</b>	<b>244.774</b>	<b>244.774</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Administrativa assinado com o Governo do Estado do Distrito Federal ("GDF"). Entretanto, em razão do desequilíbrio contratual gerado por modificações unilaterais de escopo impostas pelo Poder Concedente, bem como da contínua manutenção da situação de inadimplência em diversas frentes em que se encontra o Poder Concedente no âmbito do Contrato de Concessão, a CENTRAD ingressou, em 25 de maio de 2017, com requerimento de instauração de arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC). A arbitragem, forma de solução de controvérsias prevista no Contrato de Concessão, tem como finalidade principal a busca de solução para as questões pendentes acima expostas, inclusive com o adiamento e reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da CENTRAD e com vistas à plena continuidade da execução contratual. O Procedimento Arbitral foi autuado sob o nº 55/2017/SEC3, tendo o GDF obtido, no dia 30 de junho de 2017, decisão liminar no âmbito da tutela cautelar antecedente de nº 0706531-45/2017.8.07.0018, que suspendeu a eficácia da cláusula compromissória do referido Contrato de Concessão, tendo a arbitragem sido extinta pelo CAM-CCBC ("Decisão Liminar"). Em 20 de julho de 2017 a CENTRAD e GDF suspenderam a tramitação de todas as frentes de contencioso existentes e instauraram um ambiente de negociação para as questões pendentes envolvendo o Contrato de Concessão, a qual vigorou até o mês de junho de 2018. Participaram da mesa de negociação entre CENTRAD e GDF: Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Controladoria Geral do Distrito Federal, Procuradoria Geral do Distrito Federal e o Ministério Público do Distrito Federal. A fim de viabilizar a instauração de procedimento arbitral contra o GDF, a CENTRAD apresentou, em 18 de julho de 2018, agravo de instrumento contra a Decisão Liminar, o qual foi distribuído no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ("TJDFT"), registrado sob o nº 0711026-55.2018.8.07.0000, cujo mérito encontra-se pendente de julgamento pelo TJDFT. Por fim, em meio a todos esses procedimentos e impasses descritos acima, a Companhia e o GDF discutem a conveniência de que o empreendimento, com a primeira fase do projeto concluído desde 2014, fosse ocupado pelo GDF. Tal ocupação não representaria qualquer modalidade de extinção do Contrato, que segue com seu objeto possível e hágido, mas, apenas é tão somente, uma providência que busca propiciar ao GDF condições para sua futura ocupação, sendo que a CENTRAD seguirá com seus pleitos sendo negociados em relação aos valores devidos pelo Contrato de Concessão. **Lava Jato** Como é de conhecimento público, desde 2014, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem empresas, executivos e executivos do Grupo Odebrecht. No contexto dessas investigações, ressalta-se que a Companhia não foi objeto de qualquer mandado de busca e apreensão. Em 1º de dezembro de 2016 a Odebrecht S.A. firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal, já homologado, responsabilizando-se pelos atos ilícitos praticados, no âmbito da referida Operação, pelas empresas integrantes do Grupo Odebrecht. Em 09 de julho de 2018, a ODB e suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. A Administração avalia que não haverá impacto decorrente de indenizações e multas no âmbito desta Companhia. As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2019. **2 Resumo das principais políticas contábeis** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais

estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual não foi apresentada a demonstração do resultado abrangente. **2.2 Caixa e equivalente de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3 Instrumentos financeiros 2.3.1 Ativos Financeiros (a) Reconhecimento inicial e mensuração** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. **(b) Classificação** A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurado ao custo amortizado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa ser mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem Caixa e equivalente de caixa e Ativo financeiro da concessão (Notas 6 e 8, respectivamente). **2.3.2 Passivos Financeiros (c) Reconhecimento inicial e mensuração** Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia incluem financiamentos. **2.3.3 Investimentos controlados em conjunto** Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. As políticas contábeis da controlada em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **2.4 Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")** Referem-se aos recursos enviados às investidas e recebidos das controladoras, para posterior capitalização de capital. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros. **2.5 Empréstimos** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor

justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Referem-se a valores capitados, junto à instituição financeira, para financiamento da implantação do CADF pela CENTRAD. **2.6 Mudanças em políticas contábeis e divulgações** A Companhia adotou o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes não é aplicável a Companhia. **(a) CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros** O CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, estabelece requisitos para reconhecer mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. **(b.1) Classificação – Ativos Financeiros** O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Considerando as suas transações atuais, a Companhia não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis, haja visto que os instrumentos financeiros que mantêm não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de *impairment* ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicada somente a classificação Caixa e equivalentes de caixa e Empréstimos que passaram das categorias "Empréstimos e Recebíveis" e "Outros passivos financeiros", respectivamente, para "Custo amortizado". A Companhia apresenta efeito reflexo da adoção pela investida CENTRAD. **2.7 Pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor (a) IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IGC) 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro** A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais que podem se enquadrar como incertos e que, por isso, podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. A norma interpretativa está avaliando os impactos desta interpretação. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3 Gestão de risco financeiro 3.1 Fatores de risco financeiro** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações **(a) Risco de liquidez** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia possui e segue políticas financeiras que definem as diretrizes para o gerenciamento de riscos. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa e na liquidez de suas operações. **(b) Risco de crédito** O risco de crédito é administrado comportamentalmente e é decorrente de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **(c) Risco com taxas de juros** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perda por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos empréstimos. **3.2 Gestão de capital** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	2018	2017
	(Não auditado)	
Total de empréstimos (Nota 8)	101.497	95.073
Menos caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(1.211)	(119)
Dívida líquida	100.286	94.954
Total do patrimônio líquido	244.773	200.031
Total do capital	345.059	294.985
Índice de alavancagem financeira - %	29	32

#### 4 Instrumentos financeiros por categoria

	2018	2017
	(Não auditado)	
<b>Custo amortizado</b>		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.211	119
<b>Custo amortizado</b>		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos (Nota 8)	101.497	95.073

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
	(Não auditado)	
Caixa e bancos	9	
Aplicações financeiras (i)	1.202	119
	1.211	119

(i) Aplicação financeira de curto prazo e alta liquidez, prontamente conversível em caixa, remunerada a 85% (2017 – 85%) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). **6 Adiantamento para futuro aumento de capital (a) Ativo** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 1.084 (2017 – R\$ 1.200), referente a remessas de AFACs à Centrad Holding, a ser convertida em aumento de capital da investida. **(b) Passivo** Durante o exercício de 2018, a Companhia recebeu recursos da acionista OP Parcerias no montante de R\$ 9.559 e da CNO o montante de R\$ 691 a título de AFAC, sendo R\$ 2.303 capitalizados pela acionista OP Parcerias e R\$ 324 pela acionista CNO. **7 Investimento (a) Informações sobre a investida**

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Centrad Holding	92.703.695	75.355.069	50	50	702.517	589.780	130.327	147.667

#### (b) Movimentação do investimento

	Saldo no início do exercício		Adição (I)		Equivalência patrimonial		Outros ajustes em investida		Saldo no final do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Centrad Holding	294.890	3.000	65.163	(11.795)	351.258				351.258	
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>294.890</b>	<b>3.000</b>	<b>65.163</b>	<b>(11.795)</b>	<b>351.258</b>				<b>351.258</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)</b>	<b>215.057</b>	<b>6.000</b>	<b>73.834</b>		<b>294.890</b>				<b>294.890</b>	

(i) Em 15 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da investida Centrad Holding no montante de R\$ 6.000 com a subscrição de 6.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal mediante capitalização AFAC. **8 Empréstimos** Refere-se a empréstimo junto a RB Capital, com vencimento em 2028 e início de amortização do principal em 36 meses. **(i) Movimentação**

	2018	2017
	(Não auditado)	
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	95.073	93.699
Juros provisionados	12.182	11.098
Juros pagos	(5.943)	(9.950)
Amortização do custo de transação	185	226
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>101.497</b>	<b>95.073</b>
Passivo circulante	133	1.246
Passivo não circulante	101.364	93.827

**(ii) Prazo de vencimento** O montante não circulante, em 31 de dezembro, tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2018		2017	
	Capital	Ações	Capital	Ações
OP Parcerias	64.949	33.725.000	95	
CNO	3.418	1.775.000	5	
	68.367	35.500.000	100	

**(b) Reserva de lucro** De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo: **(i) Reserva legal** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(ii) Reserva especial** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, ajudado em consonância com a legislação em vigor. Entretanto, e na prerrogativa do artigo 176 parágrafo 3. **(iii) Reserva de realização de investimentos** Em 20 de novembro de 2017 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a capitalização do total desta reserva. **(iv) Reserva de lucros a realizar** Essa reserva é constituída com base em lucros não realizados, de